



**Universidade:  
presente!**

**UFRGS**  
PROPEAQ



**XXXI SIC**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O Caso Carpenter v. United States e a proteção de dados: a Third-Party Doctrine na era moderna
<b>Autor</b>	RAFAEL SCARONI GARCIA
<b>Orientador</b>	FABIANO MENKE

## **O Caso *Carpenter v. United States* e a proteção de dados: a *Third-Party Doctrine* na era moderna**

Autor: Rafael Scaroni Garcia

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Menke

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Desde a segunda metade do século passado é discutido se há razoável expectativa de privacidade em dados fornecidos pelos cidadãos a uma terceira parte. As novas tecnologias da informação e da comunicação aumentaram ainda mais a quantidade de dados pessoais criados e armazenados por estes terceiros, inclusive sem o conhecimento daqueles relacionados às informações.

A Suprema Corte dos Estados Unidos tem se deparado com esta matéria desde o final dos anos 1960. No caso *Katz v. United States*, de 1967, estabeleceu parâmetros a fim de determinar quando há, ou não, uma razoável expectativa de privacidade. A partir disso, estabeleceu as bases da *Third-Party Doctrine* nos casos *United States v. Miller*, de 1976, e *Smith v. Maryland*, de 1979, decidindo que os indivíduos não possuem uma legítima expectativa de privacidade nas informações que eles voluntariamente entregam a terceiros. A Corte julgou, em 2018, o caso *Carpenter v. United States*, onde teve de analisar a *Third-Party Doctrine* no âmbito da era moderna. Com base nesse contexto, o presente trabalho pretende compreender se este último julgado trouxe alterações à mencionada doutrina, visto que foi decidido no contexto da modernidade.

Para que isso seja possível busca-se, em um primeiro momento, fazer uma análise do caso *Carpenter v. United States*. Serão investigados, neste ponto, os argumentos de cada uma das partes, as normas que estavam sendo discutidas e os fundamentos que justificaram a Opinião da Corte. Somado a isto, serão estudadas as quatro Opiniões Dissidentes emitidas no caso, averiguando as razões que levaram os Juízes a manifestar posição discordante. Construída a sustentação necessária, se passará ao segundo momento, no qual se realizará um exame detido da *Third-Party Doctrine*, com estudo dos precedentes que lhe deram origem. Intentar-se-á, aqui, verificar a higidez de seus fundamentos na sociedade contemporânea, tendo em vista as alterações trazidas pelos avanços tecnológicos.

Realizadas as duas primeiras partes e com seu suporte, passa-se a responder as questões fundamentais do trabalho: **o caso *Carpenter v. United States* trouxe alguma alteração à *Third-Party Doctrine*? Se sim, a proteção de dados e as novas tecnologias influenciaram nisso?** Para estabelecer a solução dessas indagações, usar-se-á a pesquisa bibliográfica como método de procedimento, com o objetivo de buscar textos doutrinários e jurisprudência que elucidem o impacto do caso na *Third-Party Doctrine*.